

**EMENDA Nº - CMMPV 789/2017**

(à MPV nº 789, de 2017)

Dê-se a seguinte redação ao § 11 do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, modificada pelo art. 2º da Medida Provisória nº 789, de 25 de julho de 2017:

§ 11º Na hipótese de arrendamento de direito minerário relacionado à água mineral para fins balneários, a alíquota da CFEM incidirá sobre oito inteiros e noventa e um centésimos por cento da receita bruta mensal, obtida pelo titular do direito minerário, em razão da cessão dos direitos minerários contratada, deduzidos os tributos incidentes sobre referida receita pagos ou compensados, de acordo com os respectivos regimes tributários.

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com a Medida Provisória nº 789, de 2017,

Esta emenda objetiva corrigir essa distorção da Medida Provisória nº 789, de 2017, de modo que não haja uma inviabilização das atividades envolvendo balneários. No Brasil, os balneários são uma alternativa de lazer e geração de renda através do turismo e dos complexos de atividades que são criadas entorno deles. Assim sendo, a mudança sem um estudo prévio de impacto, poderá tornar inviáveis os complexos turísticos e balneários por todo o Brasil. As emendas pretendidas buscam demonstrar a racionalidade que há diante de equalizar os benefícios dos balneários para a população local, assim como a necessidade de tributar pela utilização desses recursos naturais. A preservação dos recursos deve ser levados em conta diante dessa ótica, portanto, a alteração por meio dessas emendas traz uma melhora diante desse contexto, buscando garantir condições de planejamento econômico para o manejo ambiental dos presentes balneários.

Ante o exposto, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wilder Moraes', with a large loop at the beginning and a long horizontal stroke extending to the right.

Senador WILDER MORAIS



SF/17598.07021-47